
 SANTA CASA DO PARÁ	GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ FUNDAÇÃO SANTA CASA DE MISERICÓRDIA DO PARÁ	
	GERÊNCIA DE CONTRATOS	
CONTRATO		

CONTRATO Nº \_\_/2026/FSCMPA  
PREGÃO ELETRÔNICO SRP Nº \_\_/2026/FSCMPA  
PAE Nº 2022/2266285

CONTRATO PARA AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS MÉDICO-HOSPITALARES DE SIMULADORES E MANEQUINS REALÍSTICOS, QUE ENTRE SI CELEBRAM, A FUNDAÇÃO SANTA CASA DE MISERICÓRDIA DO PARÁ E A EMPRESA \_\_\_\_\_, NA FORMA A SEGUIR ESTABELECIDA:



A FUNDAÇÃO SANTA CASA DE MISERICÓRDIA DO PARÁ - FSCMPA, órgão da Administração Indireta do Governo do Estado do Pará, com personalidade, jurídica de direito público, sito à Rua Oliveira Belo, 395, bairro do Umarizal, nesta cidade, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 04.929.345/0001-85, designada simplesmente **CONTRATANTE**, neste ato representada por seu Presidente, **Dr. BRUNO MENDES CARMONA**, brasileiro, casado, Médico, portador do CRM nº 007718/PA, inscrito no CPF/MF sob o nº 671.646.922-20, residente e domiciliado nesta cidade de Belém/Pará, e, de outro lado, a empresa \_\_\_\_\_, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ/MF sob o nº \_\_\_\_\_, estabelecida na \_\_\_\_\_, CEP: \_\_\_\_\_, Telefone: (\_\_\_\_) \_\_\_\_\_, E-mail: \_\_\_\_\_, neste ato representada legalmente pelo(a) **Sr(a)** \_\_\_\_\_, inscrito(a) no CPF/MF sob o nº \_\_\_\_\_, portador(a) da Cédula de Identidade nº \_\_\_\_\_, têm, entre si, justo e avençado, e celebram, por força do presente instrumento, este Contrato, em conformidade ao disposto na Lei Federal nº14.133/2021, Decreto Estadual nº2.940/2023, demais legislações aplicáveis e mediante as disposições expressas nas cláusulas seguintes:

#### CLÁUSULA PRIMEIRA – DA VINCULAÇÃO AO EDITAL

1.1- O presente Contrato vincula-se às regras dispostas no Edital do Pregão Eletrônico SRP Nº \_\_/2026/FSCMPA e aos termos da proposta vencedora.

#### CLÁUSULA SEGUNDA – DA APROVAÇÃO DA MINUTA

2.1- A minuta deste Contrato foi aprovada pela Procuradoria Fundacional da CONTRATANTE, conforme Parecer nº \_\_/2026-NPRO/FSCMPA, nos termos do art. 53, Parágrafo Primeiro, da Lei nº 14.133/2021.

	GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ FUNDAÇÃO SANTA CASA DE MISERICÓRDIA DO PARÁ	
	GERÊNCIA DE CONTRATOS	

## CONTRATO

### CLÁUSULA TERCEIRA – DO OBJETO

3.1- O presente Contrato tem como objeto a **AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS MÉDICO-HOSPITALARES DE SIMULADORES E MANEQUINS REALÍSTICOS**, configuração em português (Brasil), conforme especificações discriminadas neste contrato, ANEXO I. Os objetos serão utilizados para realização de capacitação de residentes médicos e multiprofissionais, preceptores e servidores utilizando a simulação realística na Fundação Santa Casa de Misericórdia do Pará por um período de 12 (doze) meses, conforme solicitações contidas no Memo. nº 016/2026-CSUP-FSCMPA, Termo de Referência, Proposta da CONTRATADA Memorando MV e as especificações e quantidades constantes no Anexo I.

### ESPECIFICAÇÕES DOS PRODUTOS ANEXO I

ITEM	DESCRIÇÃO DO LOTE	UNIDADE	QTD	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
01	<b>SIMULADOR DE PARTO</b> Simulador de parto para treinamento avançado em cenários de parto, abrangendo situações complexas e normais, o simulador deve ser fixado ao operador, que assumirá o papel da parturiente, controlando manualmente o cenário de treinamento, comunicação e as funções descritas, capacidade de simular parto normal, parto assistido com vácuo, parto pélvico, distocia de ombro, prolapso de cordão umbilical, entrega da placenta, retenção placentária, placenta incompleta, sangramento com controle da intensidade e volume de perda sanguínea, ajuste do posicionamento do bebê no canal de parto e controle da entrega do bebê, realização de massagem uterina, compressão uterina, simulação de útero contraído e útero flácido, procedimentos de cateterismo vesical urinário, simulação de vias aéreas com fornecimento de oxigênio, técnicas de aspiração, ventilação com pressão positiva, respiração espontânea, simulação de choro do recém-nascido, identificação de marcos anatômicos para realização de RCP, ventilação com máscara bolsa-válvula, compressões torácicas, simulação de pressão sanguínea e pulso, incluindo pulso umbilical manual, ausculta manual	UND	04		

CONTRATO

	dos sons cardíacos fetais, placenta com cordão umbilical, concentrado de sangue para simulação de hemorragias, equipamento de sucção, dois pares de luvas sem látex, estetoscópio fetal, pano de recolha de fluidos, cuba para drenar líquidos, cateter de urina, seringa de 20 ml, simulador de recém-nascido com bolsa de aperto para simulação de choro no nascimento, respiração espontânea, pulso umbilical palpável, ausculta dos sons cardíacos, dois clamps umbilicais, folhas para simular toalhas, crânio com fontanelas, mochila para transporte, manual de instruções de uso, garantia mínima de 12 meses.				
02	<b>SIMULADOR CORPO INTEIRO EMERGÊNCIA PEDIÁTRICA</b> Simulador pediátrico que representa um menino de 6 anos, capaz de simular uma ampla variedade de condições, desde uma criança saudável, falando, até um paciente em estado crítico sem sinais vitais, permite a realização de uma vasta gama de habilidades pediátricas, proporcionando experiência prática em problemas pediátricos fatais, simulação de respiração espontânea com elevação torácica observável, frequências respiratórias variáveis, diversos sons das vias aéreas superiores sincronizados com a respiração, detecção de ventilações mecânicas, máscara de ventilação manual, sons respiratórios normais e anormais, saturação de oxigênio e forma de onda (monitor de paciente opcional), simulação de complicações respiratórias, pulmões esquerdo e direito que podem ser fechados ou abertos para permitir ventilações, movimento torácico bilateral com respiração espontânea, elevação torácica unilateral com intubação do lobo direito, sons respiratórios unilaterais e bilaterais, vias aéreas modeladas anatomicamente até a traqueia, vias aéreas realistas com marcos anatômicos, intubação oral e nasal, inserção de máscara laríngea (LM) e tubo endotraqueal (ET), simulação de edema de língua, inserção de sonda nasogástrica (NG), presença de	UND	04		

**CONTRATO**

	cartilagem cricoide, simulação de inclinação da cabeça e manobra de elevação e tração da mandíbula (sem sensor), capacidade de desfibrilação e cardioversão, estímulo cardíaco, extensa biblioteca de ECG, sons cardíacos variados sincronizados com ECG, monitoramento do ritmo de ECG (3 derivações), visor de ECG de 12 derivações (monitor de paciente opcional), simulação de RCP com compressões que geram pulsos carotídeos palpáveis, forma de onda de pressão arterial e artefatos de ECG, detecção e registro de compressões no registro de dados, acesso venoso (braço e mão direitos), acesso intraósseo (tíbia direita), pressão arterial medida manualmente por auscultação dos sons de Korotkoff, pulsos carotídeos bilaterais, braquiais e radiais unilaterais (lado esquerdo) sincronizados com ECG, intensidade de pulso variável com pressão arterial.				
03	<b>PUNÇÃO EPIDURAL, TORÁCICA E LOMBAR</b> Simulador para punção epidural torácica e lombar com resistência realista durante a passagem da agulha, permite vários métodos de treinamento nas áreas lombar e torácica, incluindo punções lombares, apresenta anatomia correta da coluna vertebral de T7 a L5 e marcos anatômicos para palpação, como cristas ilíacas (linha intercristal), escápula (omoplata ângulo inferior) e processo espinhoso, acompanha uma pelve unissex, um bloco de punção, um suporte de apoio, uma bolsa de drenagem, uma seringa de 50 ml, dimensões de 48 x 23 x 29 cm.	UND	04		
04	<b>TRONCO PARA ACESSO INTRAVENOSO CENTRAL – TORSO</b> Tronco para acesso intravenoso central, torso realístico para treinamento adulto, confeccionado em PVC e resina plástica emborrachada siliconada, com dimensões de um adulto, permite praticar técnicas de acesso intravenoso para cursos de ACLS e ATLS, projetado para atender metas educacionais fundamentais de programas de treinamento, acompanha dois acessórios em forma de	UND	04		



## CONTRATO

	almofadas especialmente desenhadas com tecido autocicatrizante, inclui carcaça interna do torso IV, carcaça externa do torso IV, acessório clavicular (almofada), acessório femoral (almofada), frasco de concentrado de simulador de sangue				
05	<b>CABEÇA PARA TREINAMENTO DE CRICOTIREOIDOSTOMIA</b> Cabeça para treinamento de cricotireoidostomia, simulador desenvolvido para o aprendizado e prática de técnicas de cricotireoidostomia por agulha ou cirúrgica, com marcos anatomicamente precisos para auxiliar no treinamento do local e permitir ação rápida, pescoço hiperestendido que possibilita ao usuário determinar o local apropriado para a incisão, traqueia substituível com via aérea que passa completamente de cima para baixo, permitindo a verificação do posicionamento do estilete e do obturador após a incisão, completo com queixo e pescoço em tamanho real, possibilidade de uso de amarras para manter o obturador em posição fixa, insuflação do pulmão simulado para verificar o posicionamento correto, inclui base, seis peles de pescoço substituíveis, seis inserções de traqueia adulta (quatro rígidas, duas macias), seis inserções de traqueia infantil (quatro rígidas, duas macias), dois pulmões simulados, manual de instruções e estojo de transporte rígido.	UND	04		
06	<b>CABEÇA DE INTUBAÇÃO ADULTO</b> Simulador para prática realista de manejo das vias aéreas, projetado para desenvolver proficiência em habilidades como aspiração, limpeza, intubação e ventilação manual com máscara, oferece ambiente de treinamento com o mesmo equipamento utilizado em situações da vida real, pode ser usado para demonstrar broncoscopia das vias aéreas superiores e intubação endotraqueal guiada por broncoscopia, inclui vômito simulado, dentes que clicam sob pressão excessiva, possibilita inspeção visual da expansão pulmonar, ausculta dos sons respiratórios,	UND	04		

CONTRATO

	manobra de Sellick (pressão cricoide), simulação de laringoespasma, intubação, aspiração e desobstrução.				
07	<p><b>SIMULADOR AVANÇADO ADULTO</b></p> <p>Manequim realista de corpo inteiro de qualidade para treinamento das habilidades de suporte avançado à vida, projetado para a prática de cenários de vias aéreas avançadas, difíceis e obstruídas, terapia intravenosa, permite desfibrilação cardíaca, estimulação e interpretação de ECG de uma extensa biblioteca de variações de ritmo, plataforma flexível de manequim completo com currículo de simulação baseado em cenário, oferece uma ampla variedade de módulos acessórios para arranjos de treinamento incluindo RCP, ACLS, NBC, trauma, controle de sangramento e primeiros socorros, incorpora cenários de simulação consistentes disponíveis no SimStore , permite aos instrutores integrar a simulação em seus currículos de treinamento clínico, ajudando os alunos a cometer e corrigir erros clínicos sem consequências adversárias, nota: um SimPad PLUS é necessário para operação do Manequim MegaCode Kelly Advanced, o Sistema SimPad PLUS é vendido separadamente, inclui:</p> <p>(1) Manequim (compatível com SimPad), (1) Braço de treinamento IV multivenoso, (1) Perna Intraóssea, (6) Peles de pescoço, (1) Rolo de fita de membrana cricotireóidea, (1) Lubrificante para vias aéreas, (1) Jaqueta, (1) Calças, (1) Maleta de transporte, (6) Módulos de tubo torácico, (1) Manguito de PA, (1) Instruções de uso</p>	UND	04		
08	<p><b>TORSO PARA GERENCIAMENTO DE VIA AÉREA DIFÍCIL</b></p> <p>Torso para gerenciamento de via aérea difícil, simulador projetado para permitir a simulação de situações que dificultam a intubação orotraqueal, inclui cenários como laringoespasma, laringe deslocada, edema de língua, mandíbula recuada ou protuberante, trismo, deve oferecer recursos anatômicos realistas para treinamento eficaz em técnicas de manejo de vias aéreas complicadas, ideais</p>	UND	04		



 SANTA CASA DO PARÁ	GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ FUNDAÇÃO SANTA CASA DE MISERICÓRDIA DO PARÁ	
	GERÊNCIA DE CONTRATOS	
CONTRATO		

	para aprimorar as habilidades dos profissionais de saúde em emergências respiratórias.				
VALOR TOTAL					

#### CLÁUSULA QUARTA - DA JUSTIFICATIVA

4.1- Justifica-se a contratação por uma série de motivos fundamentais para a aquisição do objeto que são simuladores e manequins realísticos que irão compor o Laboratório de Habilidades e Simulação Realística para aprimoramento da formação dos profissionais de saúde, residentes multiprofissionais (médicos, enfermeiros, nutricionistas, assistentes sociais, farmacêuticos, terapeutas ocupacionais) e área afins que compõem o corpo clínico da Fundação Santa Casa de Misericórdia do Pará (FSCMPA). Essa contratação resultará em uma melhoria significativa na qualidade dos cuidados de saúde e na segurança dos pacientes e da equipe multiprofissional.



4.2- A contratação da aquisição do objeto que são simuladores e manequins realísticos que irão compor o Laboratório de Simulação Realística permitirá a modernização dos recursos, melhoria na formação dos profissionais, preparação para situações críticas, redução de custos a longo prazo e atendimento às normas regulatórias.

4.3- Os bens objetos desta contratação são caracterizados como equipamentos médico-hospitalares, conforme justificativa constante do Estudo Técnico Preliminar.

#### CLÁUSULA QUINTA - PRAZO, LOCAL E CONDIÇÃO DE ENTREGA:

##### 5.1- Prazo e condições de entrega:

- O prazo de entrega dos bens é de até 30 (trinta) dias, contados do(a) recebimento da Nota de Empenho, em remessa total ou parcelada no caso de empenho Global.
- Quando a vida útil for igual ou inferior a 12 (doze) meses, validade mínima de 70% (setenta por cento);
- Quando a vida útil for superior a 12 (doze) meses, validade mínima de 50% (cinquenta por cento).
- Os materiais poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 05 (dias), a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.
- Não serão aceitos quaisquer produtos/materiais, que estejam em mau estado de conservação ou com suas embalagens abertas, violadas ou amassadas.
- O preço proposto deverá incorporar todas as parcelas que onerem o valor final do produto/material, tais como, fretes, impostos, seguros, despesa com prestação de garantia, ajustes iniciais, testes de adaptabilidade, regulação do aparelho à necessidade do paciente, etc., devendo ser expresso em moeda nacional.
- As marcas de referência serão para fins de especificação adequada do objeto, foram indicadas marcas meramente referenciais;

 SANTA CASA DO PARÁ	GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ FUNDAÇÃO SANTA CASA DE MISERICÓRDIA DO PARÁ	
	GERÊNCIA DE CONTRATOS	
CONTRATO		

- h) As marcas de referência indicadas nas especificações têm caráter meramente indicativo, exemplificativo, podendo ser aceita qualquer outra que atenda integralmente às especificações técnicas do objeto;
- i) Adequação das propostas ao objeto do procedimento; qualidade; manutenção e assistência técnica; garantia; rendimento; preço; prazos de fornecimento ou de conclusão, condições de pagamento; anteprojeto de engenharia, se for o caso e outros critérios previstos neste termo;
- j) Deverão ser rigorosamente observadas as especificações dos itens objeto desta licitação, respeitando-se os requisitos mínimos exigidos;
- k) Serão aceitos produtos com especificações iguais ou superiores das que constam na tabela acima, observando-se, no entanto, o exclusivo critério de julgamento pela melhor técnica, menor preço, maior desconto por item;
- l) Os produtos definidos neste Termo deverão que ser novos e sem utilização anterior, originais e de boa qualidade, livres de defeitos, imperfeições e outros vícios que impeçam ou reduzam a sua usabilidade, observando rigorosamente as características especificadas, devendo
- m) Ser apresentados nas embalagens originais dos fabricantes, adequadas para proteger seu conteúdo contra danos durante o transporte até o local de entrega;
- n) O contrato de aquisição de produtos só estará caracterizado mediante a confirmação de recebimento da Ordem de Compra, pelo fornecedor;
- o) O objeto de aquisição deverá apresentar folder, manual, catálogo e/ou afins, oficial do fabricante do produto, contendo todas as especificações do mesmo, em português (Brasil), possibilitando análise técnica face às especificações contidas neste termo. O folder, manual, catálogo e/ou afins, deverá ser enviado para o endereço eletrônico ou anexado no portal de licitações, conforme convocação;
- p) Caso não seja possível avaliar o produto físico, será solicitado documentos técnicos para análise técnica que será realizada através de folder, manual, catálogo e/ou afins, devendo ser postado em até 05 (cinco) dias úteis da convocação. ATENÇÃO: O fabricante deverá ficar atento ao endereço indicado na convocação de apresentação de documentos técnicos, onde os referidos documentos serão enviados, não sendo responsabilidade de Fundação Santa Casa de Misericórdia do Pará eventuais extravios. As despesas com frete, carga e descarga, embalagem, correrão por conta da fornecedora detentora do preço registrado. Fica a cargo do fornecedor ou transportador por ele contratado a descarga e movimentação do material do veículo até o local designado pelo funcionário responsável pelo recebimento;



## 5.2 - Da Garantia:

5.2.1 - Os produtos deverão ter garantia assegurada de no mínimo 12 (doze) meses.

5.2.2 - A garantia terá início após instalação, testes e liberação para o pleno funcionamento dos equipamentos na Fundação Santa Casa de Misericórdia do Pará (FSCMPA), sem ônus adicional para a instituição, com garantia de comercialização de peças e assistência técnica no país, onde tal requisito deve estar descrito no Termo de Garantia ou Certificado de Garantia Fornecido pelo Fabricante ou Fornecedor.

5.2.3 - Os chamados relativos à garantia serão feitos pela Contratante, por escrito, e-mail ou por telefone, obrigando-se a empresa a atendê-la no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas e, caso tenha que



	<p align="center"><b>GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ</b> <b>FUNDAÇÃO SANTA CASA DE MISERICÓRDIA DO PARÁ</b></p>	
	<p align="center"><b>GERÊNCIA DE CONTRATOS</b></p>	
<p align="center"><b>CONTRATO</b></p>		

retirar os produtos das instalações do usuário, os equipamentos devem ser devolvidos em prazo acordado com a Contratante, em perfeitas condições de uso e sob as mesmas condições contratuais

### 5.3- Local e Horário de Entrega:

- Central de Abastecimento Farmacêutico da FSCMPA, na entrada da Rua Oliveira Belo nº 359, entre 14 de Março e Generalíssimo Deodoro, Bairro Umarizal, Belém-Pará, CEP: 66050-380, Belém/PA.
- O horário de recebimento de medicamentos na CCAF da FSCMPA é de 8h00 às 15h00, de segunda a sexta-feira. Podendo ser agendado pelo telefone (91) 3251-7371 e e-mail institucional: [santacasacaf@gmail.com](mailto:santacasacaf@gmail.com).

### 5.4 - Responsáveis pelo recebimento:

5.4.1- Funcionários da CAF/FSCMP. Telefone: (91) 3251-7339. E-mail: [santacasacaf@gmail.com](mailto:santacasacaf@gmail.com)

### 5.5 - Assistência técnica:

5.5.1 - Será de responsabilidade da Assistência técnica e estrutura física e de suporte da empresa fabricante do simulador localizada no Brasil e/ou exterior, ter 12 (doze) meses de garantia, contados da data do recebimento definitivo do material. Para os objetos sem descrição manutenção preventiva e corretiva, com fornecimento de peças de reposição e/ou manutenção preventiva e corretiva, com fornecimento de peças de 12 (doze) meses, contados da data do recebimento definitivo do material.

### 5.6 - Do Treinamento:

5.6.1 - Deverá a contratada disponibilizar um técnico de sua empresa para capacitação dos profissionais de saúde, residentes e profissionais afins do manuseio adequado do (s) objeto (s) adquirido (os) pela contratante, por um período de 12 meses contados da data do recebimento definitivo do material, este treinamento pode ser online.

## CLÁUSULA SEXTA - DO VALOR, DA VIGÊNCIA E DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

6.1- O valor do presente Contrato é de R\$ \_\_\_\_\_ (\_\_\_\_\_) de acordo com a Proposta de Preços da CONTRATADA, tendo vigência por 12 (doze) meses, a contar da data deste instrumento, podendo ser prorrogado nos termos do art. 107 da Lei 14.133/2021.



6.2- Estão incluídos no preço referente a venda do produto todos os custos e despesas com mão-de-obra, frete, material, encargos sociais, trabalhistas e previdenciários, bem como, taxas, impostos, seguros, tributos, transportes, e demais despesas necessárias a satisfatória execução do presente Contrato, constante na cláusula primeira.

6.3- Os recursos para atender ao cumprimento do presente instrumento correrão à conta da seguinte dotação orçamentária:

**FUNCIONAIS PROGRAMÁTICAS: 10.302.1507.8288 e 10.302.1507.8289;**

**FONTE DE RECURSO: 0150000001-000000, 0150100001-000000, 01500100203-000000, 01501000061 000000, 01659000061-000000, 01659000069-000000, 01659000069- 008067, 02659000061013563, 02631000060-012050, 02631000060-011812 e seus respectivos superávits;**

**ELEMENTO DE DESPESA: 449052**

 SANTA CASA DO PARÁ	GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ FUNDAÇÃO SANTA CASA DE MISERICÓRDIA DO PARÁ	
	GERÊNCIA DE CONTRATOS	
CONTRATO		

## CLÁUSULA SÉTIMA- DO PAGAMENTO

7.1- A forma de pagamento será por ordem bancária na conta corrente da contratada, no prazo de até 30 dias corridos, a contar do recebimento da nota fiscal (ou fatura) com comprovante de regularidade fiscal da contratada.

7.2 – A prova de Regularidade Fiscal pode ser feita por consulta SICAF ou Cadastramento Unificado de Licitante, ou ainda pela apresentação dos documentos constantes no art. 68 da Lei Federal nº 14.133/21, quando não for possível consultar aos sistemas oficiais.

7.3 – A Nota Fiscal/Fatura da CONTRATADA tem que possuir o mesmo CNPJ dos documentos apresentados nos documentos de habilitação da licitação, sob pena de não ser processada e não paga.

7.4 – O pagamento da Nota Fiscal somente será efetuado após a verificação da regularidade da Contratada junto a Fazendas Pública.

7.5 – A falta de pagamento não isentará a CONTRATADA de suas responsabilidades e obrigações.

7.6 – Desde já fica acordado que o comprovante de depósito bancário constituirá documento comprobatório de quitação das obrigações decorrentes desta compra direta.

7.7 – Não poderá ser pleiteado acréscimo de preços sob a alegação de falhas, omissões ou inexigibilidade de qualquer natureza, entendendo-se como previsto no preço ofertado, todos os custos de execução.

## CLÁUSULA OITAVA - OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

8.1 - Fornecer os produtos atendendo plena e satisfatoriamente o especificado no Termo de Referência, entregando o objeto nas quantidades e prazos estabelecidos.



8.2 - Assumir os ônus e responsabilidade pelo recolhimento de todos os tributos federais, estaduais e municipais que incidam ou venham a incidir sobre o objeto entregue.

8.3 - A entrega do objeto deve ser com Nota Fiscal Eletrônica, de acordo com o especificado na nota de empenho, juntando a esta as Certidões de Regularidade Fiscal (FGTS, Previdenciária, Dívida Ativa da União e Receita Estadual).

8.4 - A entrega do objeto em desacordo com o solicitado neste Termo e aprovado pelo parecer técnico, deverá ser trocado no prazo de 30 (trinta) dias, a contar da notificação do erro.

8.5 - O contratado será obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, a suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes de sua execução ou de materiais nela empregados (Lei nº 14.133/2021, art. 119).

8.6 - Os equipamentos médico-hospitalares serão recebidos definitivamente, após a verificação da qualidade e quantidade entregue e consequente aceitação, no prazo de até 3 (três) dias úteis que

 SANTA CASA DO PARÁ	GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ FUNDAÇÃO SANTA CASA DE MISERICÓRDIA DO PARÁ	
	GERÊNCIA DE CONTRATOS	
CONTRATO		

contará após a montagem e instalação, através do atesto realizado por servidor público devidamente habilitado.

8.7 - A instalação do equipamento médico-hospitalar deve ser realizada pelo fornecedor ou seu representante autorizado, devendo ser iniciada exclusivamente após seu recebimento formal e aprovação dos requisitos de pré-instalação.

8.8 - Deve efetuar os testes de instalação do equipamento, realizando demonstração de seu funcionamento à equipe técnica de acompanhamento.

8.9 - Deve fornecer à Instituição todas as informações técnicas em português, necessárias e suficientes para a operação correta e segura do equipamento (manual de operação).

8.10 - Deve realizar treinamento nos três turnos: manhã, tarde e noite durante 3 dias seguidos, considerando a escala dos funcionários da Instituição.

8.11 - Os custos de treinamento, tanto dos operadores do equipamento quanto dos técnicos de manutenção da Instituição, incluindo a participação de especialistas (quando necessário) e o possível uso de material didático são de total responsabilidade da CONTRATADA.

8.12 - Todas as manutenções corretivas, preventivas necessárias para o produto e/ou seus acessórios dentro do período de garantia devem ser realizados pela CONTRATADA sem ônus à Instituição com emissão de Certificado.

8.13 - Os chamados relativos à garantia serão feitos pelo Contratante, por escrito, via e-mail ou por telefone, obrigando-se a empresa ao atendimento preliminar no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas.

8.14 - Fornecer os produtos novos, de primeiro uso e que estejam na linha de produção atual do fabricante e em perfeitas condições de uso, conforme as propostas apresentadas e suas especificações.

8.15 - Não transferir a outrem, no todo ou em parte, as obrigações assumidas no presente instrumento.



8.16 - Prestar todos os esclarecimentos que forem solicitados pela FSCMPA. Há critérios de Sustentabilidade para contratação.

#### CLÁUSULA NONA - OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

9.1 - Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no contrato e seus anexos;

9.2 - Proporcionar todas as facilidades para que o fornecedor possa cumprir as obrigações;

9.3 - Verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos bens recebidos provisoriamente com as especificações constantes do Edital e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivo;

 SANTA CASA DO PARÁ	GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ FUNDAÇÃO SANTA CASA DE MISERICÓRDIA DO PARÁ	
	GERÊNCIA DE CONTRATOS	
CONTRATO		

9.4 - Não permitir a intervenção de estranhos na instalação do equipamento contratado.

9.5 - Comunicar à Contratada, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas no objeto fornecido, para que seja substituído, reparado ou corrigido;

9.6 - Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da Contratada, através de comissão/servidor especialmente designado;

9.7 - Efetuar o pagamento à Contratada no valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo e forma estabelecidos no Edital e seus anexos;

9.8 - Rejeitar os serviços ou insumos nas quais as especificações não atendam, em quaisquer dos itens, aos requisitos mínimos constantes no Termo de Referência e seus anexos;



9.9 - A administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução do presente Termo de Contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados;

9.10 - Cabe ao setor GEQP - Gerência de Equipamentos notificar a empresa, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades constantes nos itens que compõem o objeto deste termo, para que sejam adotadas as medidas corretivas necessárias;

#### **CLÁUSULA DÉCIMA - DA PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS - LGPD**

10.1 - A CONTRATANTE e a CONTRATADA se comprometem a proteger os direitos fundamentais de liberdade e de privacidade e o livre desenvolvimento da personalidade da pessoa natural, relativos ao tratamento de dados pessoais, inclusive nos meios digitais, garantindo que:

- o tratamento de dados pessoais dar-se-á de acordo com as bases legais previstas nas hipóteses dos arts. 7º e/ou 11 da Lei Federal nº 13.709/2018 às quais se submeterão os serviços, e para propósitos legítimos, específicos, explícitos e informados ao titular;
- o tratamento seja limitado às atividades necessárias ao atingimento das finalidades de execução do contrato e do serviço contratado, utilizando-os, quando seja o caso, em cumprimento de obrigação legal ou regulatória, no exercício regular de direito, por determinação judicial ou por requisição da ANPD;
- em caso de necessidade de coleta de dados pessoais indispensáveis à própria prestação do serviço, esta será realizada mediante prévia aprovação do CONTRATANTE, responsabilizando-se a CONTRATADA por obter o consentimento dos titulares (salvo nos casos em que opere outra hipótese legal de tratamento). Os dados assim coletados só poderão ser utilizados na execução dos serviços especificados neste contrato, e em hipótese alguma poderão ser compartilhados ou utilizados para outros fins;
- os sistemas que servirão de base para armazenamento dos dados pessoais coletados, seguem um conjunto de premissas, políticas e especificações técnicas que regulamentam a utilização da tecnologia de informação e comunicação na CONTRATANTE;

	<p style="text-align: center;"><b>GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ</b>  <b>FUNDAÇÃO SANTA CASA DE MISERICÓRDIA DO PARÁ</b></p>	
	<b>GERÊNCIA DE CONTRATOS</b>	
<b>CONTRATO</b>		

- e) os dados obtidos em razão deste contrato serão armazenados em um banco de dados seguro, com garantia de registro das transações realizadas na aplicação de acesso (log) e adequado controle de acesso baseado em função (*role based access control*) e com transparente identificação do perfil dos credenciados, tudo estabelecido como forma de garantir, inclusive, a rastreabilidade de cada transação e a franca apuração, a qualquer momento, de desvios e falhas, vedado o compartilhamento desses dados com terceiros;
- f) encerrada a vigência do contrato ou não havendo mais necessidade de utilização dos dados pessoais, sejam eles sensíveis ou não, a CONTRATADA interromperá o tratamento dos dados pessoais disponibilizados pelo CONTRATANTE e, em no máximo trinta dias, sob instruções e na medida do determinado pelo CONTRATANTE, eliminará completamente os Dados Pessoais e todas as cópias porventura existentes (seja em formato digital ou físico), salvo quando a CONTRATADA tenha que manter os dados para cumprimento de obrigação legal ou outra hipótese da Lei Federal nº13.709/2018.

10.2 - A CONTRATADA dará conhecimento formal aos seus empregados das obrigações e condições acordadas nesta subcláusula, inclusive no tocante à Política de Privacidade do Estado do Pará, cujos princípios deverão ser aplicados à coleta e tratamento dos dados pessoais de que trata a presente cláusula.

10.3 - O eventual acesso, pela CONTRATADA, às bases de dados que contenham ou possam conter dados pessoais, implicará para a CONTRATADA e para seus prepostos – devida e formalmente instruídos nesse sentido – o mais absoluto dever de sigilo, no curso do presente contrato e pelo prazo de até 10 anos contados de seu termo final.



10.4 - A CONTRATADA cooperará com o CONTRATANTE no cumprimento das obrigações referentes ao exercício dos direitos dos titulares previstos na Lei Federal nº 13.709/2018 e nas Leis e Regulamentos de Proteção de Dados em vigor e também no atendimento de requisições e determinações do Poder Judiciário, Ministério Público e órgãos de controle administrativo.

10.5 - A CONTRATADA deverá informar imediatamente a CONTRATANTE, quando receber uma solicitação de um titular de dados, a respeito dos seus dados pessoais e abster-se de responder qualquer solicitação em relação aos dados pessoais do solicitante, exceto nas instruções documentadas da FSCMPA ou conforme exigido pela Lei Federal nº 13.709/2018 e Leis e Regulamentos de Proteção de Dados em vigor.

10.6 - A CONTRATADA manterá contato formal com a CONTRATANTE, no prazo de até 24 (vinte e quatro) horas da ocorrência de qualquer incidente que implique violação ou risco de violação de dados pessoais, para que este possa adotar as providências devidas, na hipótese de questionamento das autoridades competentes.

10.7 - A critério da CONTRATANTE, a CONTRATADA poderá ser provocada a colaborar na elaboração do relatório de impacto, conforme a sensibilidade e o risco inerente dos serviços, objeto deste contrato, no tocante a dados pessoais.



 SANTA CASA DO PARÁ	GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ FUNDAÇÃO SANTA CASA DE MISERICÓRDIA DO PARÁ	
	GERÊNCIA DE CONTRATOS	
CONTRATO		

10.8 - Eventuais responsabilidades das partes, serão apuradas conforme estabelecido neste contrato e também de acordo com o que dispõe a Seção III, capítulo VI, da Lei Federal nº13.709/2018.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DAS DISPOSIÇÕES CONTRATUAIS ANTICORRUPÇÃO**

11.1- À CONTRATADA e/ou seus empregados, prepostos e gestores, na execução do presente Contrato, é vedado:

- fraudar de qualquer maneira o presente Contrato; assim como realizar quaisquer ações ou omissões que constituam prática ilegal ou de corrupção, nos termos da Lei nº 12.846/2013, do Decreto Federal nº 8.420/2015, do Decreto Estadual nº 2.289/2018, ou de quaisquer outras leis ou regulamentos aplicáveis ("Leis Anticorrupção"), ainda que não relacionadas com o presente Contrato, assim como as normas e exigências constantes das políticas internas da CONTRATANTE;
- prometer, oferecer ou dar, direta ou indiretamente, quaisquer bens de valor a agente público ou a quem quer que seja, ou a terceira pessoa a ele relacionada, com o objetivo de obter vantagem indevida, influenciar ato ou decisão ou direcionar negócios ilicitamente;
- receber, transferir, manter, usar ou ocultar recursos que decorram de qualquer atividade ilícita;
- contratar como empregado, subcontratado, ou de alguma forma manter relacionamento profissional com pessoas físicas ou jurídicas envolvidas em atividades criminosas, em especial pessoas investigadas pelos delitos previstos nas leis anticorrupção ou de lavagem de dinheiro;
- obter vantagem ou benefício indevido, de modo fraudulento, de modificações ou prorrogações de execução ou vigência, sem autorização em lei, no ato convocatório ou no presente contrato;
- manipular ou fraudar o equilíbrio econômico-financeiro do presente instrumento contratual;
- dificultar, impedir ou manipular atividade de investigação ou de fiscalização da contratada, ou emitir informações inverídicas à fiscalização;



11.2- A CONTRATADA declara não estar envolvida e garante não se envolver, direta ou indiretamente, por meio de seus representantes, administradores, diretores, conselheiros, sócios ou acionistas, assessores, consultores, subcontratados, partes relacionadas, durante o cumprimento das obrigações previstas no Contrato, em qualquer atividade ou prática que constitua uma infração aos termos das leis anticorrupção;

11.3- A CONTRATADA declara e garante não constar no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas (CEIS) e/ou no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP) e compromete-se a informar imediatamente à CONTRATANTE sobre seu registro nestes cadastros durante a vigência do Contrato;

11.4- Obriga-se a CONTRATADA na execução do presente contrato a informar prontamente, por escrito, à CONTRATANTE sobre qualquer suspeita ou violação do disposto nas leis anticorrupção, e ainda de participação em práticas de suborno ou corrupção, assim como o descumprimento de qualquer das cláusulas contratuais, em especial as disposições anticorrupção;

11.5- O não cumprimento pela CONTRATADA das leis anticorrupção e/ou do disposto nesta Cláusula será considerado descumprimento ao CONTRATO e conferirá à CONTRATANTE a prerrogativa de rescindir unilateralmente o CONTRATO, sem prejuízo da possibilidade de aplicação das sanções



	<p style="text-align: center;"><b>GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ</b> <b>FUNDAÇÃO SANTA CASA DE MISERICÓRDIA DO PARÁ</b></p>	
	<b>GERÊNCIA DE CONTRATOS</b>	
<b>CONTRATO</b>		

previstas na legislação anticorrupção, em especial no Decreto Estadual nº 2.289/2018, e/ou constantes no presente instrumento;

11.6- A CONTRATANTE e a CONTRATADA se comprometem a adotar as melhores práticas de monitoramento e verificação do cumprimento das leis, políticas internas e das cláusulas contratuais;



11.7- As presentes disposições vinculam igualmente as subcontratadas ou quaisquer prestadores de serviço envolvidos na execução contratual.

## **CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DAS DISPOSIÇÕES CONTRATUAIS SOBRE PROGRAMA DE INTEGRIDADE**

12.1- Em atendimento ao disposto na Lei nº 12.846/2013, no Decreto Federal nº 8.420/2015, no Decreto Estadual nº 2.289/2018 e demais normativos correlatos, bem como em cumprimento ao princípio da moralidade, para assinatura do contrato a licitante adjudicatária deverá comprovar que mantém programa de integridade, consistindo no conjunto de mecanismos e procedimentos internos de integridade, auditoria e incentivo à denúncia de irregularidades e na aplicação efetiva de códigos de ética e de conduta, políticas e diretrizes com objetivo de detectar e sanar desvios, fraudes, irregularidades e atos ilícitos praticados contra a administração pública.

12.2- Na hipótese de a adjudicatária não ter instituído o programa de integridade, poderá ser concedido prazo de 60 (sessenta) dias para implantação do referido programa, a iniciar na data de assinatura do presente contrato, que deverá atender aos parâmetros dispostos no Artigo 58 do Decreto Estadual nº 2.289/2018, elencados abaixo:

- a) comprometimento da alta direção da CONTRATADA, incluídos os conselhos, evidenciado pelo apoio visível e inequívoco ao programa;
- b) padrões de conduta, código de ética, políticas e procedimentos de integridade, aplicáveis a todos os empregados e administradores, independentemente de cargo ou função exercidos;
- c) padrões de conduta, código de ética e políticas de integridade estendidas, quando necessário, a terceiros, tais como, fornecedores, prestadores de serviço, agentes intermediários e associados;
- d) treinamentos periódicos sobre o programa de integridade;
- e) análise periódica de riscos para realizar adaptações necessárias ao programa de integridade;
- f) registros contábeis que reflitam de forma completa e precisa as transações da CONTRATADA;
- g) controles internos que assegurem a pronta elaboração e confiabilidade de relatórios e demonstrações financeiros da CONTRATADA;
- h) procedimentos específicos para prevenir fraudes e ilícitos no âmbito de processos licitatórios, na execução de contratos administrativos ou em qualquer interação com o setor público, ainda que intermediada por terceiros, tal como pagamento de tributos, sujeição a fiscalizações, ou obtenção de autorizações, licenças, permissões e certidões;
- i) independência, estrutura e autoridade da instância interna responsável pela aplicação do programa de integridade e fiscalização de seu cumprimento;
- j) canais de denúncia de irregularidades, abertos e amplamente divulgados a funcionários e terceiros, e de mecanismos destinados à proteção de denunciantes de boa-fé;
- k) medidas disciplinares em caso de violação do programa de integridade;

	<p align="center"><b>GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ</b> <b>FUNDAÇÃO SANTA CASA DE MISERICÓRDIA DO PARÁ</b></p>	
	<p align="center"><b>GERÊNCIA DE CONTRATOS</b></p>	
<p align="center"><b>CONTRATO</b></p>		

- l) procedimentos que assegurem a pronta interrupção de irregularidades ou infrações detectadas e a tempestiva remediação dos danos gerados;
- m) diligências apropriadas para contratação e, conforme o caso, supervisão, de terceiros, tais como, fornecedores, prestadores de serviço, agentes intermediários e associados;
- n) verificação, durante os processos de fusões, aquisições e reestruturações societárias, do cometimento de irregularidades ou ilícitos ou da existência de vulnerabilidades nas pessoas jurídicas envolvidas;
- o) monitoramento contínuo do programa de integridade visando seu aperfeiçoamento na prevenção, detecção e combate à ocorrência dos atos lesivos previstos no art. 5º da Lei nº 12.846, de 2013 ; e
- p) transparência da CONTRATADA quanto a doações para candidatos e partidos políticos realizadas pelas pessoas físicas que a integram.

**Parágrafo primeiro.** O programa de integridade, instituído ou a ser instituído, será objeto de avaliação inicial e periódica pela CONTRATANTE quanto a sua efetividade, por critérios objetivos, em atendimento aos parâmetros dispostos no Artigo 58 do Decreto Federal nº 2.289/2018.

**Parágrafo segundo.** Na hipótese de o programa de integridade não atender aos parâmetros definidos acima, após a avaliação, será concedido prazo de até 60 dias para reestruturação, sob pena de rescisão unilateral do Contrato.

### **CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DAS INFRAÇÕES E SANÇÕES**



13.1- O contratado será responsabilizado administrativamente pelas seguintes infrações:

- I. dar causa à inexecução parcial do contrato;
- II. dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- III. dar causa à inexecução total do contrato.

13.2 - Serão aplicadas ao responsável pelas infrações as sanções previstas no art. 156 da Lei nº 14.133/2021.

13.3- O atraso injustificado na execução do fornecimento ou a inexecução total ou parcial do mesmo sujeitará o fornecedor à aplicação das seguintes multas, que poderão ser descontadas das garantias eventualmente apresentadas, dos pagamentos devidos pela CONTRATANTE, ou judicialmente conforme previsto nos artigos 162 da Lei Federal nº 14.133/21, sem prejuízo da reparação de eventuais danos causados:

- a) de 0,033% sobre o valor do empenho por dia de atraso até o 30º (trigésimo) dia ou entrega do objeto em desacordo com as condições estabelecidas;
- b) a partir do 30º (trigésimo) dia de atraso, imposição de 5% (cinco por cento) de multa, além da penalidade regulada no item “a” supra;
- c) de 10% (dez por cento) sobre o valor do empenho, no caso de inexecução total ou 10% (dez por cento) sobre o valor da parte não executada, no caso de inexecução parcial.

 SANTA CASA DO PARÁ	GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ FUNDAÇÃO SANTA CASA DE MISERICÓRDIA DO PARÁ	
	GERÊNCIA DE CONTRATOS	
CONTRATO		

13.4- Decorridos 30 (trinta) dias sem que a Contratada tenha cumprido com a obrigação assumida estará caracterizada a inexecução contratual, ensejando sua extinção.

13.5- As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF, e no caso de suspensão de licitar, a empresa contratada deverá ser descredenciada por igual período, sem prejuízo das multas previstas das demais cominações legais.

13.6- A aplicação das sanções será precedida de processo administrativo em que seja assegurado o contraditório e a ampla defesa ao CONTRATADO, observando o art. 158 da Lei Federal nº 14.133/21, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

#### CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DA INEXECUÇÃO



14.1- Pela inexecução total ou parcial do objeto, a Fundação Santa Casa de Misericórdia do Pará poderá, garantida a prévia defesa, aplicar a empresa contratada as sanções decorrentes do art. 155 c/c art. 156 da Lei nº 14.133/202.

14.2- A recusa injustificada em assinar o contrato, aceitar ou retirar o instrumento equivalente, dentro do prazo estabelecido pela Administração, caracteriza o descumprimento total da obrigação assumida, sujeitando-o às penalidades legalmente estabelecidas, conforme disposição do art, 90, § 5º da Lei nº 14.133/202.

#### CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DA EXTINÇÃO

15.1- Constituem motivo para extinção do Contrato nos termos do art. 137, da NLLC:

- I. não cumprimento ou cumprimento irregular de normas editalícias ou de cláusulas contratuais, de especificações, de projetos ou de prazos;
- II. desatendimento das determinações regulares emitidas pela autoridade designada para acompanhar e fiscalizar sua execução ou por autoridade superior;
- III. alteração social ou modificação da finalidade ou da estrutura da empresa que restrinja sua capacidade de concluir o contrato;
- IV. decretação de falência ou de insolvência civil, dissolução da sociedade ou falecimento do contratado;
- V. caso fortuito ou força maior, regularmente comprovados, impeditivos da execução do contrato;
- VI. atraso na obtenção da licença ambiental, ou impossibilidade de obtê-la, ou alteração substancial do anteprojeto que dela resultar, ainda que obtida no prazo previsto;
- VII. atraso na liberação das áreas sujeitas a desapropriação, a desocupação ou a servidão administrativa, ou impossibilidade de liberação dessas áreas;
- VIII. razões de interesse público, justificadas pela autoridade máxima do órgão ou da entidade contratante;
- IX. não cumprimento das obrigações relativas à reserva de cargos prevista em lei, bem como em outras normas específicas, para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz.

 SANTA CASA DO PARÁ	GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ FUNDAÇÃO SANTA CASA DE MISERICÓRDIA DO PARÁ	
	GERÊNCIA DE CONTRATOS	
CONTRATO		

15.2- Os casos de extinção contratual serão formalmente motivados nos autos do processo, assegurado o contraditório e a ampla defesa.

15.3- Nos termos do art. 138, da NLLC, a extinção do contrato poderá ser:

- I. determinada por ato unilateral e escrito da Administração, exceto no caso de descumprimento decorrente de sua própria conduta;
- II. consensual, por acordo entre as partes, por conciliação, por mediação ou por comitê de resolução de disputas, desde que haja interesse da Administração;
- III. determinada por decisão arbitral, em decorrência de cláusula compromissória ou compromisso arbitral, ou por decisão judicial.

#### CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DOS DOCUMENTOS QUE INTEGRAM ESTE CONTRATO

16.1- Os documentos a seguir relacionados ficam fazendo parte integrante e constitutiva do presente instrumento independentemente de transcrição, para todos os fins e efeitos jurídicos:

- I - Termo de Referência
- II - Proposta da CONTRATADA
- III - Pregão Eletrônico SRP N° \_\_/2026/FSCMPA
- IV - Relatório MV

#### CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - DOS CASOS OMISSOS

17.1- A execução do presente Contrato, bem como os casos omissos regular-se-ão pelas Cláusulas Contratuais e pelos preceitos de Direito Público, aplicando, supletivamente, os Princípios da Teoria Geral dos Contratos e as disposições de Direito Privado, na forma do artigo 89, da Lei Federal nº. 14.133/2021.

#### CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

18.1- A CONTRATADA será responsável pelos danos causados diretamente à **CONTRATANTE** ou a terceiros, ou ainda acidente que possa vitimar seu empregado quando em serviço, de acordo com o artigo 120, da Lei Federal nº14.133/2021, responsabilizando-se igualmente pelos encargos relacionados no artigo 121, da mesma Lei.



#### CLÁUSULA DÉCIMA NONA - DA PUBLICAÇÃO

19.1- O presente Contrato será publicado no Diário Oficial do Estado, sob a forma de extrato, como condição para sua eficácia, no prazo de 10 (dez) dias, consoante dispõe art. 28, §5º da Constituição do Estado do Pará.

#### CLÁUSULA VIGÉSIMA - DA FISCALIZAÇÃO

20.1- A fiscalização do contrato ficará a cargo de servidores que serão nomeados através de Portaria.

20.2 - Caberá ao servidor designado rejeitar totalmente ou em parte, a execução dos serviços caso seja comprovadamente diferente do objeto proposto, bem como solicitar ajustes para cumprimento fidedigno do objeto contratado.

 SANTA CASA DO PARÁ	GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ FUNDAÇÃO SANTA CASA DE MISERICÓRDIA DO PARÁ	
	GERÊNCIA DE CONTRATOS	
CONTRATO		

20.3 - A presença da fiscalização da CONTRATANTE não elide nem diminui a responsabilidade da empresa CONTRATADA.

#### CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA- DO FORO

21.1- Para dirimir as questões litigiosas oriundas deste contrato, será competente o Foro da Justiça Estadual, Seção Judiciária da cidade de Belém/PA, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

21.2- E para maior firmeza do que ajustaram e contrataram, assinam as partes o presente instrumento, para um só efeito jurídico.

Belém/PA, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2026.

\_\_\_\_\_  
**DR. BRUNO MENDES CARMONA**  
**PRESIDENTE**  
**FUNDAÇÃO SANTA CASA DE MISERICÓRDIA DO PARÁ**  
**CONTRATANTE**

\_\_\_\_\_  
**NOME DO REPRESENTANTE**  
**REPRESENTANTE**  
**NOME DA EMPRESA**  
**CONTRATADA**



## ASSINATURAS

**Número do Protocolo:** 2026/2266285

**Anexo/Sequencial:** 44

*Este documento foi assinado eletronicamente na forma do Art. 6º do Decreto Estadual Nº 2.176, de 12/09/20*

### **Assinatura(s) do Documento:**

**Assinado eletronicamente por:** Martha Goretti Gonçalves Campello,

**CPF:** \*\*.238.512-\*\*

**Em:** 06/05/2026 12:57:42

**Aut. Assinatura:** 52ab6bc7b26aaf4264bc20cd8c85b79a2f6e521e0d265c2390f5c1f1fa7d94dc



**Identificador de autenticação:** 5fe92cff-7022-4cf4-981b-3540546f86b4

Confira a autenticidade deste documento em

<https://www.sistemas.pa.gov.br/validacao-protocolo>